

**DESORDEM INFORMACIONAL:  
suas contribuições para o fenômeno da infodemia no contexto da Covid-19**

**INFORMATION DISORDER:  
their contributions to the infodemic phenomenon about Covid-19**

**Olga Myllena Diniz Botelho Santana** – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –  
*myllena.diniz@gmail.com*

**Marcos Aparecido Rodrigues do Prado** – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –  
*marcos.prado@ichca.ufal.br*

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A Covid-19 jogou luz sobre uma série de problemáticas de ordem social. O avanço exponencial da doença, imerso no contexto da economia neoliberal e atravessado por desigualdades sociais, também provocou medo iminente na população mundial, em torno do desconhecido e da ausência de medidas efetivas de combate ao vírus. Além disso, corroborou para a ascensão da *infodemia*, com impactos severos no tecido social. Assim, este artigo apresenta pesquisa bibliográfica para subsidiar as discussões acerca do fenômeno no contexto da pandemia da Covid-19, a partir da compreensão da Ciência da Informação.

**Palavras-chave:** Infodemia; desinfodemia; Covid-19; desordem informacional.

**Abstract:** Covid-19 shed light on a series of social issues. The exponential advance of the disease, immersed in the context of the neoliberal economy and crossed by social inequalities, also provoked imminent fear in the world population, around the unknown and the absence of effective measures to combat the virus. In addition, it corroborated the rise of the infodemic, with severe impacts on the social fabric. Thus, this article presents bibliographical research to support discussions about the phenomenon in the context of the Covid-19 pandemic, based on the understanding of Information Science.

**Keywords:** Infodemic; desinfodemic; Covid-19; informational disorder.

## 1 INTRODUÇÃO

Em pouco tempo, aquela que, inicialmente, foi considerada uma pneumonia misteriosa, em dezembro de 2019, em Wuhan, capital de Hubei, na China, logo se transformou em um problema de escala mundial: a pandemia da Covid-19, como ficou popularmente conhecida a doença associada à infecção pelo novo coronavírus, o Sars-CoV-2 – com 763,7 milhões de casos confirmados e óbito de cerca de 7 milhões de indivíduos em todo o mundo (OMS, 2023).

A rápida proliferação da doença por todos os continentes e os altos índices de letalidade, vistos em raros momentos da Humanidade – como no caso da Peste Negra, no Século XIV, e

da Gripe Espanhola, nas primeiras décadas do Século XX –, exigiram ações drásticas e efetivas para o controle da contaminação pelo vírus, até então desconhecido. Tudo era novo e nenhuma Nação estava preparada para os desafios que se apresentariam, o que nos levou a um panorama de crise sanitária global. A contaminação, por sua vez, diferiu de outros modelos, sobretudo, pela “capacidade de afetar e vulnerabilizar todas as pessoas, em todos os lugares e ao mesmo tempo, exatamente como a globalização neoliberal” (ROMANO et al., 2020). Diferente das outras, essa pandemia afetou o centro do mercado.

No entanto, nas últimas décadas, as principais crises que acarretaram no âmbito de indivíduos em larga escala não estavam inseridas no escopo da Saúde, mas das guerras e das configurações geopolíticas. Com base nesse repertório, governos de diferentes países adotaram um discurso bélico, uma retórica militar e modelos de campanhas vinculados ao patriotismo para difundir suas estratégias de combate ao novo coronavírus, tido, dentro dessa lógica, como um “inimigo invisível”.

Conforme Noval (2021), a partir dessa dimensão ideológica do discurso, que faz uso da retórica bélica e vincula o poder ao controle da pandemia, diferentes instituições, principalmente os Estados, se colocaram em uma batalha epidemiológica e política contra o vírus. E, para isso, contaram com a menção a “heróis que resistem ao seu ataque no plano individual (cidadãos particulares), nacional (sociedades e Estados) e mundial (uniões regionais, setores econômicos e planeta)” (NOVAL, 2021, p. 22).

Em manchete de 23 de março de 2020, o Portal da Folha de São Paulo estampa: “Líderes globais adotam retórica militar e patriotismo exacerbado em discurso contra pandemia”. Na matéria, o jornalista Fábio Zanini apresenta um panorama cronológico de declarações de chefes de Estado, como Emmanuel Macron (França), que usou sete vezes, em um único discurso, a expressão “estamos em guerra”; Angela Merkel (Alemanha), que comparou o vírus ao Nazismo; e Giuseppe Conte (Itália), que afirmou que seu país não se renderia.

No Brasil, ainda que com a defesa de um discurso negacionista por parte do Governo Federal – na contramão das outras Nações –, a lógica bélica também foi acompanhada pelas diferentes instituições, inclusive da Presidência da República, cujas afinidades com o militarismo não eram recentes. Nos deparamos, assim, com os termos “hospital de

campanha”, “trincheiras”, “linha de frente” e “heróis da saúde”. O discurso militarista somou-se a um outro acontecimento que emergiu ao longo da pandemia da Covid-19: a infodemia, “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020), sobretudo diante da Era das Redes Sociais, na qual as informações circulam de modo exponencial, sem filtros de confiabilidade.

Com base nesse panorama, este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre os impactos da desordem informacional decorrente dos discursos políticos, na conjuntura da pandemia da Covid-19, no contexto brasileiro, durante o primeiro ano de crise sanitária. O objetivo é estabelecer a inter-relação entre a infodemia – sobretudo a partir da desinformação – e as condutas de enfrentamento à doença – ou a ausência delas.

A sua relevância justifica-se, sobretudo, ao levar em consideração que a pandemia não colocou em pauta apenas os aspectos biológicos do fenômeno, em razão da própria raiz do problema – o vírus –, mas outras questões de ordem social, derivadas dos impactos da crise sanitária, no âmbito da informação – de forma simultânea e correlacionada.

Desse modo, faz-se necessário, neste momento, ampliar as discussões acerca do serviço prestado pela informação no enfrentamento à contaminação e do desserviço acarretado pela desinformação, bem como do poder do discurso escolhido sobre os indivíduos, na condução das diferentes narrativas. Compreender essa dinâmica e pensar soluções que possam gerenciar crises desse tipo são elementos de interesse da Ciência da Informação (CI) e das políticas de saúde, sobretudo ao analisarmos a mediação, a produção e a gestão das informações como mecanismos de fortalecimento e disseminação de projetos políticos – inclusive, no campo antidemocrático.

## 2 INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO

No Brasil, o direito à informação é garantido pela Constituição de 1988, como disposto no artigo 14, no qual é *assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional* (BRASIL, 1988). No artigo 196, a Carta Magna também é clara em relação à outra garantia fundamental a todo e qualquer cidadão brasileiro: “A

saúde é direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988). Juntas, informação e saúde estabelecem uma relação intrínseca, de modo que são retroalimentadas, uma pela outra, na própria dinâmica social. Os diferentes eventos registrados ao longo da História revelam como o acesso à informação plena é fundamental para uma promoção, efetiva, da saúde pública.

A informação é, na contemporaneidade, um desafio multidisciplinar, pois o uso frequente das tecnologias de comunicação ampliou o fluxo informacional, permitindo produção e disseminação de conteúdo para acesso remoto e simultâneo, como nunca antes na história da Humanidade. Além disso, torna-se evidente que persistem obstáculos à conciliação de entendimentos acerca do conceito de informação, que ainda é um dos principais desafios da CI, para assentir uma noção referencial suficientemente equânime.

Segundo Silva e Gomes (2015), essa diversidade semântica, além de perpassar a complexidade, a variedade de elementos conceituais e as múltiplas ocorrências da informação no cotidiano e no âmbito técnico-científico, também implica subjetividades referenciais das autorias. De todo o modo, “a informação, em nosso entender, se qualifica como um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, pois sintoniza o homem com a memória de seu passado e com as perspectivas de seu futuro” (BARRETO, 2002, p. 49).

Como considera o autor supracitado, é a informação que sintoniza o mundo e permite a evolução e a revolução do homem na construção da história. Mais que isso:

São as definições – que relacionam a informação à produção de conhecimento no indivíduo – as que melhor explicam a natureza do fenômeno, em termos finalistas, associando-o ao desenvolvimento e à liberdade do indivíduo, do seu grupo de convivência e da sociedade como um todo (BARRETO, 1994, p. 3).

Em outras palavras, “a informação conduz, direciona e aponta caminhos antes nunca percorridos para quem passa a usá-la, além de ser o ponto de partida para dar início ao processo cognitivo, que produz significado por meio de aprendizagem, para se adquirir conhecimento” (FERREIRA; PINHO NETO, 2018, p. 4).

Enquanto a informação desempenha um papel preponderante na construção do conhecimento, a desinformação atua como “informação falsa, enganosa e/ou imprecisa, que pode ser criada propositalmente com prejuízo a alguém ou erroneamente” (MOURA;

FURTADO; BELLUZZO, 2019, p. 38). Mas seriam *informação* e *desinformação* fenômenos propriamente distintos?

Para Heller, Jacobi e Lima (2022), a desinformação atua como elemento da própria informação, mas com tendência que agrega a deturpação (consciente ou não) de sentido na transmissão de enunciados discursivos como fator comunicacional. Em consonância com Demo (2000), consideram que informação carrega desinformação. Para isso, tomam como parâmetro três questões: i) o excesso de dados, que pode gerar sensação de ansiedade informacional paralisante; ii) a incapacidade biológica de reter e analisar todos os vieses de uma informação; e iii) toda informação contém a carga ideológica de quem a produz e dissemina. Ideia que também já era defendida por Moura, Furtado e Belluzzo (2019), que apontam a desinformação como a informação que desinforma, que aliena.

Conforme conceituação de Wardle e Derakhshan (2017), essa desordem informacional apresenta-se em três categorias: *mis-informação*, *mal-informação* e *dis-informação*. Sobre essa categorização, os teóricos explicam:

*Mis-informação* é quando informações falsas são compartilhadas, sem intenção de causar danos; *dis-informação* é quando informações falsas são conscientemente compartilhadas para causar danos; e *mal-informação* ocorre quando informações genuínas são compartilhadas para causar danos, muitas vezes movendo informações projetadas para permanecer privadas na esfera pública (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 5, tradução nossa).

Já Recuero (2019) adota os conceitos de *desinformação intencional* e *desinformação não intencional*. A primeira compreende as informações falsas e criadas com a intenção de influenciar indivíduos, por meio de *fake news*, manipulação informacional e descontextualização. A segunda, por sua vez, consiste no engano, na falsa percepção de veracidade por parte do receptor. Assim, verifica-se que, neste viés, a ausência ou a presença de intencionalidade é o que demarca as principais distinções entre os fenômenos que abarcam a desordem informacional.

Contudo, evidencia-se não só o desafio de mensurar a intencionalidade do interlocutor e/ou do produtor da informação, mas como essa intencionalidade pode se manifestar de diferentes formas, explícita e implicitamente. Por isso, deve-se levar em consideração que “os conceitos de *disinformation* e *misinformation* acabam por se misturar, uma vez que efeitos

danosos podem ocorrer mesmo sem intenção” (RIBEIRO; PAES, 2021, p. 90).

Dentro dessa dinâmica informacional – inclusive, da sua desordem –, evidencia-se o fenômeno da *infodemia*, compreendida como o “grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo, devido a um evento específico” (OPAS, 2020, p. 2), como na pandemia da Covid-19.

A compreensão do processo de infodemia como desdobramento da pandemia da Covid-19 leva-nos a analisar a produção e a distribuição da informação, que evidencia como as “muitas transformações vêm ocorrendo no campo técnico-científico [da Ciência da Informação], notadamente, nos modos de produzir, organizar e distribuir informação e conhecimento” (SOUZA, 2015, p. 129). Essas transformações apontam, ainda, para a problemática da rápida e exponencial propagação da desinformação, uma “informação falsa ou imprecisa cuja intenção deliberada é enganar” (OPAS, 2020).

Por isso, a conjuntura também evidenciou as próprias barreiras ainda existentes entre a comunidade científica e a população em geral, além das fragilidades que ainda persistem na produção e no acesso à divulgação científica no Brasil. Se por um lado a comunidade acadêmica entendia seu próprio discurso, por meio de uma comunicação científica, que “não precisa fazer concessões em termos de decodificações do discurso especializado porque, implicitamente, acredita que seu público compartilha os mesmos conceitos” (BUENO, 2010); por outro, a missão de fazer a voz da ciência chegar à população e combater a desinformação ficou à cargo da divulgação científica, que, por muito tempo, lida com um gargalo em nosso País, haja vista os muros existentes entre os centros de pesquisa e a sociedade em geral – sendo competência dessa última alfabetizar, cientificamente, a população, ou seja, decodificar e recodificar o discurso especializado, sem comprometer a integridade dos termos técnicos e conceitos, para evitar interpretações equivocadas (BUENO, 2010).

De tal modo, “a desinformação se expande no mesmo ritmo que a produção de conteúdo, e as vias de distribuição se multiplicam” (OPAS, 2020). Por isso, o principal desafio da divulgação científica tem sido superar a desinformação gerada pela infodemia, considerada a epidemia de informações. Não à toa, em cartilha própria, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) pontuou cinco dos principais riscos da infodemia para o agravamento da

pandemia de Covid-19, que consistem em: dificultar que fontes idôneas e confiáveis sejam encontradas; as pessoas podem se sentir ansiosas, deprimidas e sobrecarregadas; pode afetar processos de tomada de decisões; não há controle da qualidade do material publicado; qualquer pessoa pode escrever e publicar qualquer conteúdo na rede (OPAS, 2020).

### 3 A PANDEMIA DA COVID-19

Em dezembro de 2019, Wuhan, capital de Hubei, na China, virou palco da proliferação de uma aparente pneumonia misteriosa. Em poucos dias, o volume de casos já era notificado à Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma nova cepa do coronavírus, sem incidências anteriores em seres humanos. Tratava-se da infecção pelo vírus Sars-CoV-2, cuja doença seria denominada Covid-19. Neste momento, tem início um importante marco temporal do século XXI, que estabelecerá as interações socioeconômicas, culturais, pessoais e institucionais em *pré e pós-pandemia*.

Segundo Malta *et al.* (2020), a velocidade de propagação do novo coronavírus pode variar de 1,6 a 4,1, cujo controle tornou-se o maior desafio do século, devido à ausência de uma vacina, bem como de conduta clínica específica ou de medicações, naquela conjuntura. Não à toa, a infecção se espalhou tão rápido, entre os continentes, que, no dia 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto como um caso de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), considerado o mais alto nível de alerta do Regulamento Sanitário Internacional. Em 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso da doença no Brasil, em um homem de 61 anos de idade, internado no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, com histórico de viagem para a Itália. Menos de um mês depois, no dia 11 de março de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, confirmou que o problema já estava caracterizado como uma pandemia. Somente três anos após, no dia 05 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da ESPII.

Ao final, a pandemia da Covid-19 registrou, em todo o mundo, 766,8 milhões de casos e 6,9 milhões de mortes (OMS, 2023). No Brasil, de fevereiro de 2020 a maio de 2023, a crise sanitária acumulou um total de 37,6 milhões de casos confirmados e 702,9 mil óbitos

(CORONAVÍRUS BRASIL, 2023).

A ausência de uma vacina contra o Sars-CoV-2 ou de práticas clínicas efetivas para o combate ao vírus, no momento de sua eclosão, exigiu das autoridades medidas de austeridade, desde o uso de máscaras até o isolamento social, além de quarentenas obrigatórias. Sobre isso, Aquino *et al.* (2020) detalha:

Muitos países implementaram uma série de intervenções para reduzir a transmissão do vírus e frear a rápida evolução da pandemia. Tais medidas incluem o isolamento de casos; o incentivo à higienização das mãos, à adoção de etiqueta respiratória e ao uso de máscaras faciais caseiras; e medidas progressivas de distanciamento social, com o fechamento de escolas e universidades, a proibição de eventos de massa e de aglomerações, a restrição de viagens e transportes públicos, a conscientização da população para que permaneça em casa, até a completa proibição da circulação nas ruas, exceto para a compra de alimentos e medicamentos ou a busca de assistência à saúde (AQUINO *et al.* 2020, p. 2424).

Essa análise também incita a reflexão sobre as marcas profundas de uma pandemia como a da Covid-19, em um mundo marcado pelas desigualdades, no qual, para muitos, permanecer em quarentena não é uma escolha, assim como as condições básicas de higiene ainda são inacessíveis. No Brasil, por exemplo, a pandemia evidenciou a ascensão da precarização social do trabalho, sobretudo, diante do cenário de um país com “[...] 66 milhões de pessoas pobres e extremamente pobres, e apenas 40% da população possui ocupação formal” (ARAÚJO; BRANDÃO, 2021, p. 101).

Outra problemática enfrentada pelo país, que já foi considerado referência mundial por sua política de imunização, foi a demora para o início da campanha de vacinação contra a Covid-19. Enquanto o Reino Unido tornou-se o primeiro país a vacinar sua população, em 08 de dezembro de 2020, seguido por 56 nações, o Brasil só veio dar o pontapé vacinal no dia 17 de janeiro de 2021, mais de um mês depois da corrida pela vacinação em todo o mundo.

O lapso de tempo refletiu o descompasso do governo federal, na contramão de uma comunidade científica nacional ávida e, historicamente, atuante na produção de imunizantes, bem como o seu desacordo com os governadores das Unidades Federativas e representantes de entidades sanitárias. Os conflitos internos e a falta de planejamento do Executivo brasileiro puderam ser registrados por meio daquela que ficou conhecida como uma nova “Guerra da Vacina”, pela imprensa local, que, dessa vez, retratou os embates entre o presidente da

República e os governadores – especialmente João Dória, do Estado de São Paulo, que defendeu a vacinação obrigatória e enalteceu a adoção da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan, em parceria com a indústria chinesa Sinovac. Em resposta, Bolsonaro reagiu da seguinte forma:

Primeiro, afirmou que não vai obrigar o brasileiro a tomar a vacina chinesa. Depois, o presidente desautorizou o ministro Eduardo Pazuello, e determinou o cancelamento do protocolo de intenção entre o Ministério da Saúde e o Butantan para a compra de 46 milhões de doses da Coronavac pelo governo federal (LIMA, 2020).

O período também foi marcado por uma sucessão de dança das cadeiras no Ministério da Saúde, que representou a própria falta de gestão e direcionamento da pasta, com a troca de três ministros, em menos de um ano: o médico Luiz Henrique Mandetta, exonerado em abril de 2020; o médico Nelson Teich, em maio do mesmo ano; e o general do Exército, Eduardo Pazuello, em março de 2021 – esse último, sem qualquer experiência no setor Saúde, lançou, em consonância com o projeto político de Bolsonaro, o protocolo de tratamento da Covid-19 com o uso de *Hidroxicloroquina*, cuja eficácia contra a doença nunca foi comprovada cientificamente e cuja narrativa tornou-se um dos principais símbolos do negacionismo no país.

#### 4 A PROBLEMÁTICA DA (DES)INFODEMIA

A pandemia da Covid-19 jogou luz sobre uma problemática com raízes anteriores à própria crise sanitária acarretada pelo vírus Sars-CoV-2: *a epidemia da informação*, que já crescia em níveis exponenciais, durante todo o século XXI, mas ganhou seu verdadeiro protagonismo durante esta que foi considerada a maior emergência de saúde pública da história da Humanidade.

A epidemia – ou crise – da informação ganhou contornos tão relevantes no contexto social que tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, sobretudo da CI e da Saúde. O fenômeno tem sido abordado a partir do conceito de *infodemia*, termo adotado para designar “grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo, devido a um evento específico” (OPAS, 2020, p. 2), como no caso da pandemia da Covid-19, que revelou como a

informação pode atuar enquanto elemento emancipatório, conscientizador, disseminador e mediador (MELO; SANTANA, 2022).

A *infodemia*, apesar de ser um fenômeno antecedente ao surgimento do Sars-CoV-2, “[...] cunhado primeiramente em 2003, no *The Washington Post*, que reúne morfemas provenientes dos vocábulos *informação* e *epidemia*” (SANTOS *et al.*, 2020), apresenta-se como um desdobramento pandêmico e torna urgente a análise da cadeia informativa, que, mesmo antes, já passava por diversas transformações “[...] notadamente, nos modos de produzir, organizar e distribuir informação e conhecimento” (SOUZA, 2015, p. 129).

O fenômeno caracteriza-se “pelo aumento na quantidade e variedade excessiva de informações de diferentes qualidade e credibilidade – falsas, imprecisas, baseadas em evidências ou fora de contexto” (MELO; SANTANA, 2022, p. 26). Portanto, “não está relacionada à qualidade ou ao tipo de informação e sim à quantidade de modo primário, ou seja, o excesso de informação atrapalha na verificação da confiabilidade e/ ou da veracidade” (ZATTAR, 2020, p. 3).

A *infodemia* evidencia, sobremaneira, a problemática da rápida e exponencial propagação da desinformação. Não à toa, em cartilha própria, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) pontuou cinco dos principais riscos da *infodemia* para o agravamento da pandemia da Covid-19, que consistem em: dificultar que fontes idôneas e confiáveis sejam encontradas; as pessoas podem se sentir ansiosas, deprimidas e sobrecarregadas; pode afetar processos de tomada de decisões; não há controle da qualidade do material publicado; qualquer pessoa pode escrever e publicar qualquer conteúdo na rede (OPAS, 2020).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por sua vez, desenvolveu cartilha dedicada, especialmente, ao alerta sobre a *desinfodemia* – um contraponto intrínseco ao próprio fenômeno da *infodemia*. Em outras palavras, se a *infodemia* corresponde à *epidemia da informação*, a *desinfodemia* corresponde à *epidemia da desinformação*, desencadeada, segundo Zattar (2020), por cinco fatores: a pós-verdade, que também atua como um reforço às crenças e às opiniões dos indivíduos; a polarização, demarcada por ódio e intencionalidade; a relação produção x consumo informacional; as

tecnologias da informação e da comunicação; e a disseminação e o compartilhamento de informação na velocidade das mídias digitais.

Na cartilha da Unesco, Posetti e Bontcheva (2020) destacam que a *desinfodemia* fez uso das seguintes ferramentas digitais, para proliferar campanhas antivacinas e desinformações políticas: a) narrações e memes emocionais; b) *sites* e identidades inventadas; c) imagens e vídeos fraudulentamente adulterados, inventados ou retirados de contexto; e d) infiltração e campanhas de desinformação planejadas. Portanto, nota-se que:

A *desinfodemia* surge como uma desinformação em meio à pandemia ao expor as pessoas aos riscos das informações falsas, a partir da deslegitimação da produção do conhecimento científico e exposição pública, com (disinformation) ou sem intencionalidade (misinformation), mas que o objetivo pode ser desde uma “brincadeira” até as disputas políticas ou as vantagens comerciais de um determinado grupo farmacêutico, por exemplo (ZATTAR, 2020, p. 6).

Posetti e Bontcheva (2020) também elencaram as nove principais temáticas a partir das quais essas desinformações foram produzidas: origens e disseminação do coronavírus e da doença Covid-19; estatísticas falsas e enganosas; impactos econômicos; desacreditar jornalistas e meios de comunicação confiáveis; ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento; impactos na sociedade e no meio ambiente; politização; conteúdo promovido por atores que buscam ganho financeiro fraudulento; e desinformação focada em celebridades.

O cenário de desordem informacional em larga escala, tão exponencial que associou-se a um termo cujo morfema faz referência à palavra *epidemia*, refletiu no desequilíbrio de enfrentamento à crise sanitária, permeada pelo compartilhamento exacerbado de informações – sejam elas fidedignas, falsas, incompletas, apelativas, duvidosas ou retiradas de contexto –, muitas vezes, baseadas em crenças e valores individuais ou a serviço do interesse de determinados grupos sociais ou políticos, com impactos em tomadas de decisão que vão desde a procura ou não por vacina até a adoção de medidas preventivas de combate ao vírus.

## 5 DESINFORMAÇÃO NO DEBATE POLÍTICO DA COVID-19 NO BRASIL

No caso do Brasil, a prática da desinformação teve um contorno ainda mais perigoso, visto que contou com um “colaborar” do mais alto escalão – o chefe do Executivo, Jair

Bolsonaro –, que, em cadeia televisiva nacional, chegou a dizer: “*Caso fosse acometido pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria, ou seria, quando muito, acometido por uma gripezinha*”, no dia 24 de março de 2020. Nesse rol, também entram “as *fake news* que afirmam que ‘existe um medicamento específico para o tratamento ou a prevenção da Covid-19’ (categoria ‘ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento’) – essa é a notícia falsa mais disseminada pelo presidente Jair Bolsonaro” (FALCÃO; SOUZA, 2021, p. 66), em referência à *hidroxicloroquina*, medicação cuja eficiência nunca foi comprovada cientificamente para o tratamento da doença, como já mencionado.

Desde a deflagração da Covid-19 no Brasil, o presidente da República compartilhou, propagou e ajudou a produzir *fake news* acerca da doença, tornando-se um dos principais expoentes do discurso negacionista no país. Em meio à crise sanitária, “Bolsonaro disse que a pandemia não passava de uma *gripezinha*, falou que as ações de combate ao vírus representavam uma *histeria* e que a preocupação com o espalhamento da doença era uma *fantasia* propagada pela mídia” (SOARES *et al.*, 2021, p. 75).

Ao considerar o posto ocupado, a cadeira do Executivo, Bolsonaro terminou por “validar” a perpetuação de desinformação, desacreditando a imprensa e a ciência – sobretudo, a nacional – entre seus seguidores e, também, entre a população de modo geral, que, habitualmente, busca nas autoridades uma voz oficial, uma informação concreta. Entre as práticas desinformativas que contaram com o apoio de Bolsonaro, conforme Falcão e Souza (2021), destacam-se: o não uso de máscara; a participação em eventos com aglomerações; a alegação de que um histórico de atleta acarretaria em minimização dos impactos da doença; e a afirmação de que havia uma supernotificação de mortes no país.

Conforme levantamento da agência *Aos Fatos*, plataforma jornalística de investigação de campanhas de desinformação e de checagem de fatos, Bolsonaro disse 6,9 informações falsas por dia, no ano de 2021.

O agravamento da pandemia em 2021 ajuda a explicar por que a retórica desinformativa de Bolsonaro atingiu um novo patamar. Somente sobre Covid-19, o presidente deu 1.278 declarações enganosas no ano passado, o que representa mais da metade (58,5%) de todas as alegações falsas ditas por ele desde que a doença surgiu (2.183) (RIBEIRO, 2022).

Entre as afirmações mais repetidas pelo presidente, está a de que *o governo federal agiu desde o início da crise para preservar vidas e empregos*, com 109 repetições, segundo checagem de *Aos Fatos*, que aponta 5,7 mil declarações falsas ou distorcidas de Bolsonaro, em 1,2 mil dias à frente da Presidência. A frase do presidente sugeria que saúde pública e economia haviam sido tratadas simultaneamente, com o mesmo peso. Mas, no relatório da agência, a informação é considerada falsa, pelas seguintes razões:

O presidente, porém, não tratou as duas questões com o mesmo peso, já que, desde o início da pandemia no país, tem minimizado os efeitos da Covid-19. Em diversas entrevistas e declarações públicas, Bolsonaro relacionou a doença a uma “gripezinha” e chegou a dizer, em discurso realizado no dia 18 de setembro, que o isolamento social seria “conversinha mole” e que as medidas de restrição de circulação seriam para “os fracos” (AOS FATOS, 2022).

Outra desinformação produzida por Jair Bolsonaro teve ainda mais repetições, 132 no total. Trata-se da seguinte afirmação: *“Quis impor o ritmo do combate à pandemia, fui tolhido. Decisão judicial. Quem decide são os governadores e depois prefeitos, eu sou o último da fila. Eu baixo uma medida, o governador pode mudar, o prefeito pode mudar”*. A declaração também foi considerada falsa, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) não limitou a atuação do presidente, mas concedeu a governadores e prefeitos a legitimidade para tomar medidas locais em relação à circulação de pessoas, sem que o Executivo pudesse derrubar as restrições – sobretudo, ao considerar o silenciamento e a inércia do Governo Federal sobre o tema.

Esse panorama revela, portanto, duas particularidades que circundam as discussões acerca da desinformação: “(1) não é possível avaliar a intencionalidade dos indivíduos na disseminação de desinformação e (2) os contextos do espelhamento de desinformação frequentemente estão associados a disputas de sentido, mais do que a simples intenção de enganar” (SOARES *et al.*, 2021, p. 76). Portanto, ela é utilizada a favor de atores e/ou grupos políticos.

Portanto, faz-se necessário atentar para um projeto político que se colocou e se manteve no poder por meio de práticas baseadas na produção de notícias falsas, na omissão e na distorção de informações, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Um panorama que explicita como distorção e inversão atua como desinformações de relevantes prejuízos, uma

vez que a inversão é um tipo de distorção e distorcer é poder (TIBURI, 2015).

Diante desse panorama, ao considerar que todo governo busca usar a história a seu favor (SCHWARCZ, 2019), é urgente pensar qual enredo foi construído para o Brasil nos últimos anos. Afinal, “governos de tendência autoritária costumam criar a *sua* própria história – voltar ao passado buscando uma narrativa mítica, laudatória e sem preocupação com o cotejo de fatos e dados – como forma de elevação” (SCHWARCZ, 2019, p. 225).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste levantamento teórico, reforça-se a necessidade de pesquisas e estudos quali-quantitativos direcionados à análise crítica do uso de dados epidemiológicos e das suas condições de acessibilidade ao cidadão e às instituições, em todas as esferas, visto seu potencial para a produção de informação e/ou de desinformação, bem como de mediação da coletividade em contexto pandêmico.

Compreende-se, ainda, como a desinformação tornou-se um mecanismo a serviço de projetos políticos antidemocráticos que endossam o cenário de polarização no Brasil e, por ele, também são endossados. Ou seja, a desinformação nasce da polarização, assim como a polarização é retroalimentada pela desinformação. Além disso, mesmo sem ser, de modo concreto, a razão principal, a *desinfodemia*, certamente, contribuiu para as mais de 700 mil mortes por Covid-19 no País e pelo montante de 37,6 milhões de casos acumulados, ao longo de dois anos de pandemia – números que colocaram o Estado brasileiro no 2º lugar do ranking de óbitos em todo o mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, e o 3º em casos acumulados, no levantamento da Organização Mundial da Saúde (2022).

Se os dados podem ser transformados em informação, principalmente, pela capacidade de produzirem conhecimento no receptor, a desinformação, por sua vez, impossibilita a construção do conhecimento e, de tal forma, a tomada de consciência do indivíduo, em questões micro, e da sociedade, no plano macro. Assim, ao identificarmos uma sucessão de medidas de agentes públicos fundamentadas em notícias falsas, distorcidas ou fora de contexto, propositalmente, consideramos que a desinformação é, antes de tudo, uma

prática política que atende a interesses específicos no tecido social e que se perpetua, também, seja por *dis* ou *mis-* informação.

Quando o fenômeno da desinformação encontra no ambiente digital um amplificador – seja pelo potencial de propagação exponencial de informações falsas, seja pela capacidade de mobilizar indivíduos e viabilizar seu ativismo em prol de diferentes causas, ou pela ampla possibilidade (e baixo controle) de produção de *bots* e contas falsas que simulam posicionamentos e indivíduos e, assim, pautam as principais discussões da população –, nota-se um grave problema de ordem social. Mas, quando essa mesma estrutura é utilizada em um contexto pandêmico inédito e se coloca como um obstáculo à contenção da Covid-19, além de um problema, ela passa a ser protagonista na construção da história de um país, cujos danos podem ser irreparáveis.

## REFERÊNCIAS

AOS FATOS. **Em 1287 dias como presidente, Bolsonaro deu 5724 declarações falsas ou distorcidas**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

AQUINO, M. I. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID- 19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2423–2446. 2020.

ARAÚJO, I. S. de; BRANDÃO, V. B. G. Trabalho e renda no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Prâxis**, Novo Hamburgo, n. 2, p. 96-111, maio/ago. 2021.

BARRETO, A. de A. Transferência da informação para o conhecimento. *In*: AQUINO, M. De A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2002. Cap. 3, p. 49-59.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1 esp, p. 1-12, dez. 2010.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel Coronavírus**. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 31 maio 2023.

FALCÃO, P.; SOUZA, A. B. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 1, jan./mar. 2021. Disponível em:

<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2219/2416>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FERREIRA, T. E. L. R.; PINHO NETO, J. A. S. Na contramão da informação preventiva: desinformação sobre prevenção de HIV/Aids. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 3, p. 3-13, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/41364/21434>. Acesso em: 18 jul. 2022.

HELLER, B.; JACOBI, G.; LIMA, J. B. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 189-204, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5196/5254>. Acesso em: 18 jul. 2022.

LIMA, W. 8 questões para entender a “guerra da vacina” e seus possíveis efeitos para a população. **Gazeta do Povo**. 24 out, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/guerra-da-vacina-bolsonaro-doria-covid-efeitos-na-populacao/>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

MALTA, Deborah Carvalho et al . A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 29, n. 4, e2020407,2020 . Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742020000400025&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400025&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 31 maio 2023.

MELO, M. L. D.; SANTANA, S. R. Infodemia e ciência da informação no brasil: perspectivas e reflexões. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 24-41, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/rca/article/view/51067/29111>. Acesso em: 30 maio 2023.

MOURA, A. R. P.; FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/7063/5878>. Acesso em: 13 maio 2023.

NOVAL, A. El discurso bélico em contexto de pandemia: lenguaje, ideologia y géneros. Frente al huracán: reconfiguraciones político-sociales en tiempos pandémicos. Análisis y sentipensares desde los géneros. **Nueva Serie Documentos de Trabajo**, n. 26, 14 2021. Disponível em:

[http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/118171/Documento\\_completo.pdfPDFa.pdf](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/118171/Documento_completo.pdfPDFa.pdf)

[?sequence=1&isAllowed=y](#). Acesso em: 12 nov. 2021.

OMS. **Coronavirus Dashboard**, 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

OPAS. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19**. 2020. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic\\_por.pdf](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf). Acesso em: 05 nov. 2021.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. **Desinfodemia: descifrando la desinformación sobre el COVID-19**. Paris: UNESCO, 2020. E-book. Disponível em: [https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic\\_deciphering\\_covid19\\_disinformation\\_es.pdf](https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation_es.pdf). Acesso em: 18 jul. 2022.

RECUERO, R. da C. (2019). Disputas discursivas, legitimação e desinformação: o caso Veja x Bolsonaro nas eleições brasileiras de 2018. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 16, n. 47, p. 432-458, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/2013/pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

RIBEIRO, A. Bolsonaro disse cerca de sete informações falsas ou distorcidas por dia em 2021. **Aos Fatos**, 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-disse-cerca-de-sete-informacoes-falsas-ou-distorcidas-por-dia-em-2021/>. Acessi em: 10 de junho de 2023.

RIBEIRO, D. M.; PAES, F. A. O. Verdade e crença sob a perspectiva do pragmatismo: contribuições para o debate sobre a desinformação científica. In: ALZAMORA, G.; MENDES, C. M.; RIBEIRO, D. M. (Org.). **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2021. Cap. 4, p. 87-112.

ROMANO, J. O. *et al.* O vírus não é democrático: a pandemia da Covid-19 como acontecimento e a disputa de discursos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, jun, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-virus-nao-e-democratico-a-pandemia-da-covid-19-como-acontecimento-e-a-disputa-de-discursos/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SANTOS, A. D. G. D. *et al.* Letramento informacional, covid-19 e infodemia. **Liinc em revista**, v. 16, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5214 Acesso em: 30 maio 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.

25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/145/13200>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SOARES, F. B. *et al.* Desinformação sobre o Covid-19 no *whatsapp*: a pandemia enquadrada como debate político. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 8, n. 1, p. 74-94, jan./abr. 2021. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/11246/8561>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SOUZA, E. D. **A Ciência da Informação**: fundamentos epistêmico-discursivo do campo científico e do objeto de estudo. Maceió: Edufal, 2015.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

WARDLE, Claire; DERAKSHAN, H. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. RM. Retrieved from, 2017.

ZANINI, F. Líderes globais adotam retórica militar e patriotismo exacerbado em discurso contra pandemia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 de março de 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/lideres-adotam-discursos-de-guerra-contrapandemia.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ZATTAR, M. Competência em informação e desinformação no contexto da pandemia de Covid-19. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro. v. 16, n. 2, e5391, dez. 2020. Disponível em: Acesso em:

<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5391/5112>. 30 maio 2023.